

Ao encontro da cidade

As Noites de Sociologia do Porto constituem, pela diversidade e actualidade dos seus temas, uma ocasião privilegiada para o encontro entre a Universidade e o grande público. Ao sair dos locais habitualmente consagrados às discussões académicas, «espalhando-se» pela cidade, suscitando polémica e convidando à participação, a Sociologia enriquece-se, enriquecendo-nos.

Nas noites amenas de Maio, a «cultura de saídas» dos portuenses habituou-se a contar com mais este espaço de confronto multidisciplinar, de diálogo e de convivialidade.

Partindo da iniciativa dos alunos do curso de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, não se esconde a ambição de prolongar os espaços-tempos das aulas para outros cenários, mostrando que o aprender Sociologia não se coaduna com rotinas institucionalizadas, requerendo sempre um trabalho pedagógico inovador e imaginativo.

Seria impossível reproduzir, neste pequeno dossier, a riqueza desses encontros. Apresentamos, todavia, as comunicações dos diversos painéis que nos foi possível reunir. A sua leitura é um convite... para as próximas Noites de Sociologia do Porto!

25 DE ABRIL: PORTAS QUE SE ABRIRAM,

PORTAS QUE SE FECHARAM Coordenador:

António Pedro Pombo Intervenientes: António Teixeira

Fernandes (Sociólogo)

Helena Carreiras (Socióloga)

Steve Stoer (Ciências da Educação)

Intervenção de ANTÓNIO TEIXEIRA FERNANDES

Se se começasse pela expressão que é apresentada como tema para este noite — «portas que se abriram, portas que se fecharam» —

ver-se-ia certamente que ela não é inócua e que poderia oferecer uma margem mais ou menos alargada de polémica. As portas não se abrem e não se fecham para todos. E a verdade é que portas se abriram e portas se fecharam, em fases sucessivas do processo, entrando uns e ficando de fora outros.

O 25 de Abril pode ser caracterizado mais pela afirmação da liberdade do que pela realização da democracia. Ocorreu numa época de crise acentuada para as democracias ocidentais, e num tempo de busca de liberdade e de liberdades.

Somente nessa perspectiva, ele se apresenta também como factor de democracia. Os tempos escloresados e estagnados são inimigos da liberdade. Esta necessita de inovação e de mudança. Introduzindo a mudança, serviu a liberdade e criou condições para a democracia.

O movimento desencadeado com a Revolução dos Cravos orientou decididamente a sociedade portuguesa no sentido do desenvolvimento e o do bem-estar social. Mas conservou-a igualmente enleada em antinomias, uma das quais é constituída pelo conflito entre inovação e justiça, a tradução prática do antagonismo existente entre liberdade e igualdade. As democracias tendem para o ideal de uma perfeita liberdade na base de uma inteira igualdade. Numa tal antinomia, muitos são deixados à margem da existência, situação intolerável para os que amam a liberdade.

A sociedade humana é um espaço de coexistência de projectos. Enquanto uns se empenham de forma particular na criação de riqueza, outros procuram sobretudo ampliar os direitos civis, políticos e sociais. Uns e outros estão normalmente em desacordo.

Mas a liberdade, e a democracia que ela gera, tem necessidade simultaneamente de bem-estar e do alargamento dos direitos, porque busca a cidadania na prosperidade.

Ampliar a liberdade é promover novas condições de possibilidade de escolha. A política da liberdade é, conseqüentemente, a política da convivência no conflito, por entre forças sociais e esperanças. Na mudança e no conflito se joga a liberdade.

A sociedade não tem, porém, outra forma de conviver com o conflito, a não ser através da sua domesticação pelas instituições. O que nos propomos, aqui e agora, é analisar a forma como a sociedade portuguesa readaptou as suas instituições para salvaguardar a liberdade e realizar a democracia possível.

Não iremos considerar, obviamente, todas as instituições. Centramos a nossa atenção sobre o desenvolvimento da sociedade civil e sobre o processo correlativo de readequação nomeadamente das instituições políticas.

A desorganização e o medo que se seguiram às alterações provocadas em 1974 não favoreceram, no seu início, nem o desenvolvimento económico nem a confiança política. A esperança despertada era proporcional à falta de outras vias de saída para a sociedade. Mas foi-se progressivamente readquirindo a confiança, lançando-se nos mais diversos empreendimentos.

Uma das principais realizações, no domínio político, e nos últimos anos, é constituída pela crescente afirmação do poder autárquico. Este poder veio dar uma outra expressão à sociedade civil, sociedade que tem sido redescoberta nas sociedades ocidentais.

Depois de uma acentuada reabsorção da sociedade civil pelo Estado, tem-se vindo a assistir ultimamente a uma libertação daquela sociedade. Ao mesmo tempo que se dera uma «socialização do Estado», promovera-se uma «estatização progressiva da sociedade» (J. Habermas), fazendo-se corresponder o movimento de socialização do Estado a uma politização da sociedade.

Nas sociedades ocidentais, vem-se operando, em tempos mais recentes, um processo de libertação da sociedade civil da tutela do Estado, como fuga às regras do jogo de um sistema político que tudo procura enquadrar e normalizar. O surto de novos movimentos sociais situa-se também nesta corrente geral de libertação e, nessa medida, não deixa de assumir uma certa dimensão política.

A procura de uma sociedade civil é «uma procura de direitos iguais num quadro constitucional que domestica o poder de maneira que todos possam gozar da cidadania como fundamento das suas *chances* de vida» (R. Dahrendorf). Somos hoje protagonistas de uma sociedade civil em expansão, de uma moderna sociedade dos cidadãos, em que a cidadania aparece como principal força propulsora dos actuais conflitos sociais.

Mas esta sociedade civil em libertação em relação à tradicional tutela do Estado consegue um suficiente alargamento do espaço público, como espaço de realização da democracia, através mais do adensamento do tecido associativo do que da descentralização. Uma sociedade civil torna-se democrática quando nela domina uma cultura democrática, que faça despertar e vivenciâr o espírito associativo.

O processo de democratização está, de facto, associado ao alargamento da cidadania e ao crescimento da capacidade organizativa da sociedade civil. Este movimento põe em causa algumas estruturas mediadoras, como os partidos e os sindicatos. A crise da participação democrática aparece, em consequência, ligada à crise da participação enquadrada e dependente.

É nesta perspectiva de reafirmação da sociedade civil que poderão ser examinadas as virtúalidades do poder local, enquanto espaço

alternativo à regulação existente. Para o comprovar, bastaria atender ao posicionamento deste poder, às suas funções no quadro do sistema político e a algumas tendências emergentes.

Se se considera a sua relação com o governo central, verifica-se uma crescente divisão de trabalho no interior do sistema do poder. O Estado tende a reservar para si a esfera estritamente política, enquanto o poder local se transforma em mero agente executor. O governo central torna-se, então, «não executante» e o governo local «executante» (L. J. Sharpe), dando origem ao que J. Bulpitt designa de «dual polity».

As grandes políticas, nesta perspectiva em desenvolvimento, são elaboradas pelo poder central, cometendo a sua aplicação ao poder autárquico. Este será o primeiro efeito perverso do tipo de descentralização que se quer praticar. Ao mesmo tempo que se enquadram as autarquias através de um adequado ordenamento jurídico e de outras medidas procedimentais de controlo, obrigam-se a afectar parte do seu magro orçamento à efectivação das políticas governamentais.

Não só se tira, desta forma, ao poder local uma margem suficiente de manobra para a defesa da sua actividade autónoma. Impede-se que ele desenvolva outras acções directamente promotoras de uma democracia participativa.

O governo local eleito, que goza de uma originária legitimidade política, fica assim preso em ordenamentos e entregue a políticas que não elabora e, sobretudo, não decide. O governo central não exerce um controlo unicamente sobre as despesas e sobre os recursos-rendimentos dos municípios. Poderá mesmo enfraquecê-los mediante a criação de organismos paralelos de prestação de serviços ou de planificação e de decisão.

O segundo efeito perverso desta orientação — que não é meramente hipotética, ela aparece clara nos pacotes ultimamente anunciados pelo governo central — tenderá a traduzir-se no reforço de uma rede burocrática ligada à transformação do poder local em executante. À medida que crescem as atribuições e competências das autarquias será de esperar que se multipliquem os órgãos municipais destinados à prestação dos correspondentes serviços. Desta rede burocrática, resultará necessariamente um maior controlo da vida dos municípios. Se o desenvolvimento do poder local aproxima mais a governação dos cidadãos, pode também fazer aumentar a burocratização da vida social.

Se considerarmos, por outro lado, a relação das autarquias com o poder regional, cuja criação tem sido objecto de desencontros entre partidos, poderemos deparar com algumas ambivalências. Na eventualidade de ser institucionalizado (existindo hoje apenas nos arquipélagos e

no continente sob a forma de áreas metropolitanas), outras questões se levantam.

Do ponto de vista constitucional, o poder regional terá de constituir-se à custa do governo central e não das autarquias. Esta orientação que os constituintes imprimiram à estruturação geográfica do Estado dificilmente se conservará na prática, como o comprovam, desde logo, os obstáculos encontrados a nível da Assembleia da República.

Se todo o poder gera mais poder, o poder regional, uma vez instituído, tenderá a buscar o seu próprio equilíbrio, numa situação de mediação entre o governo central e o poder autárquico.

Ora, não é previsível que o governo central ceda as suas competências a favor das regiões. Aquele tende a afirmar-se cada vez mais como poder político, definidor das grandes orientações para a sociedade global.

Mesmo que o poder regional se viesse a instituir à custa de algumas competências do governo central, procuraria estender a sua acção, mediante a absorção de algumas esferas de decisão das autarquias. Na sua posição de mediação, alimentar-se-ia de um e outro poder, numa situação de ambivalência, ora explorado por um ora explorado por outro.

Será de prever que faça sentir a sua acção sobre as autarquias, como Estado tornado mais próximo. A tendência natural seria para o exercício de uma apertada tutela por parte do poder regional sobre o poder local. O exemplo dos Açores e da Madeira é já bem revelador do que poderia vir a ser o poder regional no continente. Dele dependeriam, em grande parte, os financiamentos e a aprovação de projectos, numa época desfavorável do ponto de vista económico.

A introdução dos partidos na sociedade portuguesa foi, sem dúvida, o veículo importante de democratização do regime, ainda que tenha vindo a dar origem a uma crescente partidocracia. A mudança institucional, talvez mais importante do ponto de vista democrático, ocorrida no sistema político em Portugal nos últimos tempos, deu-se, no entanto, no fortalecimento do poder local. O maior ganho, em termos de democratização da vida sociopolítica, deve ser atribuído às virtualidades oferecidas pelo poder autárquico. Ele contém, porém, em si mesmo, como todo o poder, uma grande ambivalência, podendo ser exercido em autocracia ou em democracia.

Quando exercido em autocracia, reforça o aparelho estatal. Quando exercido em democracia, respeita e promove a vida associada e a participação dos cidadãos.

O poder autárquico somente conseguirá adquirir a importância que lhe está reservada no sistema político através da promoção de uma democracia participativa no seio das comunidades locais, não pela sua

transformação em Estado, porque Estado já existe quanto basta e mais do que o bastante. Apenas desse modo aparecerá como correção aos desvios da democracia representativa e como espaço aberto a outras formas de participação.

Intervenção de HELENA CARREIRAS

O papel da Instituição Militar durante o período de transição e consolidação democrática em Portugal reveste-se, como é sabido, de grande complexidade. As transformações ocorridas ao longo dos últimos 20 anos — tanto do ponto de vista intra-institucional como do ponto de vista dos contextos estruturais em que tais transformações se inscrevem — tiveram profundas incidências a vários níveis.

1. Uma das áreas de análise que tem sido privilegiada, e que valerá a pena escrutinar aqui, refere-se às *relações civil-militares*.

Parece ser consensual a ideia de que as relações civil-militares seguem hoje, em Portugal, um padrão democrático: quer se considere como uma garantia democrática o efectivo «controlo civil objectivo» (a Constituição e as leis definem e asseguram o controlo civil democrático sobre as Forças Armadas) quer se assuma que tal garantia reside antes no controlo civil subjectivo ou «auto-regulado» através da internalização de uma cultura política democrática por parte dos militares (os próprios militares parecem convergir globalmente na aceitação de valores democráticos, mostrando-se receptivos a inovações organizacionais)¹.

Se é certo que neste quadro não deixam de inscrever-se dinâmicas contraditórias, tensões e conflitos mais ou menos explícitos, o que frequentemente procura elucidar-se é o processo através do qual se atingiu esta situação de «normalidade» democrática. Em geral, as respostas têm partido da necessidade de identificar as diferentes temporalizações do processo de democratização, e, nesse contexto, analisar o papel e formas de intervenções da instituição militar.

Não caberá aqui observar com detalhes o percurso da intervenção dos militares na esfera política ao longo desse itinerário diacrónico.

Em qualquer caso, quer se aceite a tese de que até à revisão constitucional de 82 quem definiu os termos das relações entre o poder político e a instituição militar foi a própria instituição militar, ou se a

¹ Ver CARRILHO, Maria, «Democracy and Armed Forces in Portugal: from revolution to routine», HERR, Richard (ed.) *The New Portugal: Democracy and Europe*, Berkley, University of Califórnia, 1992.

negue, sublinhando a divisão e polarização que durante este período se instalaram no seio da instituição, é bastante plausível e mesmo consensual a hipótese de que a modalidade do relacionamento civil-militar no período de transição tem repercussões profundas no processo de consolidação da democracia.

E, como é sabido, o período de transição é caracterizado por um evidente e profundo protagonismo político dos militares, nomeadamente através do M.F.A. — segundo alguns verdadeira metamorfose da instituição — que se dota de estruturas organizativas e se proclama o «motor da revolução». Certamente um motor a vários tempos, e que progressivamente foi perdendo velocidade, assistindo-se a um cada vez maior afastamento dos militares da cena política visível e ao reforço dos partidos como principais actores do processo político.

A revisão da constituição de 82 virá definir os novos termos das relações entre a instituição militar e o Estado democrático, determinando a extinção do Conselho da Revolução e marcando o termo «oficial» do processo de transição.

A lei da Defesa Nacional e das F.A., aprovada meses depois, vem consagrar os principais fundamentos deste novo relacionamento, destacando-se, entre outros aspectos: um novo conceito de Defesa Nacional, claramente limitado à defesa externa, retirando às F.A. qualquer papel na manutenção da ordem pública interna; a subordinação das F.A. ao poder político e a sua inserção no Ministério da Defesa, que vê os seus poderes ampliados; concertação institucional através do Conselho Superior de Defesa Nacional; a atribuição da nomeação e exoneração das chefias militares passa do Presidente da República para o Governo.

Se o processo de afastamento dos militares não foi imediatamente conseguido, a eleição, em 1986, de um civil para a Presidência da República, parece marcar a sua retirada da cena política visível.

Sendo ingénuo assumir que este processo revela a inexistência da influência militar ao nível da condução da política — a qual se expressa agora porventura através de mecanismos mais informais mas não menos eficazes — é, em qualquer caso ineludível o reforço da tendência para uma crescente perda de autonomia e subordinação das Forças Armadas ao poder político.

2. Se ao nível das relações civil-militares ocorreram mudanças assinaláveis, em termos da *organização e profissão militar*, têm vindo também a desenhar-se novas tendências, que não deixam de ser tributárias de um conjunto mais amplo de transformações ocorridas nas últimas décadas, ao nível da organização e missão das Forças Armadas nos países ocidentais.

Globalmente, pode dizer-se que os novos desenvolvimentos tecnológicos, o advento do «nuclear» e a «socialização do perigo» que se lhe associou, ou ainda a inversão da corrida aos armamentos, fizeram com que a «missão» das Forças Armadas se tornasse expressamente determinada pela lógica da «dissuasão», um novo conceito organizador que teve como consequência a diversificação e especialização das funções e tarefas militares.

Neste quadro, tem vindo a chamar-se a atenção para um processo de crescente convergência entre as Forças Armadas e a sociedade global: apesar de se admitir a especificidade que estruturalmente diferencia as organizações militares de outras instituições da sociedade civil, considera-se existir a tendência para uma certa continuidade entre organizações militares e outras organizações burocráticas civis.

No sentido de dar conta e compreender estas transformações, o sociólogo norte-americano Charles Moskos propôs um quadro de análise em que se identifica a existência de diferentes formas de perspetivar a profissão militar: um modelo «*institucional*» (ou divergente) fundado sobre valores tradicionais como honra, dever e espírito de corpo, e em que os membros da instituição são vistos como seguidores de uma «vocação» (tendo especial peso as gratificações de tipo simbólico); e um modelo «*ocupacional*» (ou convergente), cujo modo de funcionamento se aproxima da racionalidade de mercado predominante na sociedade civil, e em que motivações para a adesão ou permanência na carreira são sobretudo de ordem material².

Segundo este autor, a presente tendência na maior parte das Forças Armadas das democracias ocidentais seria a da passagem de uma lógica vocacional a uma lógica profissional, e, portanto, o correspondente «deslizar» do pólo institucional para o pólo ocupacional.

Apesar de não se tratar aqui de identificar situações homogéneas e unívocas num ou outro pólo (de certa forma ideal-típicos), sugerindo-se antes a existência real de modelos plurais em que poderão estar presentes características contraditórias, existem alguns indícios sintomáticos de que também em Portugal se desenham tendências no sentido da dimensão profissional/ocupacional.

Um dos aspectos que vale a pena destacar, no sentido de compreender essas transformações refere-se à organização do corpo de oficiais e particularmente às suas consequências ao nível profissional³.

² MOSKOS, Charles, *The Military: more than just a job?* Washington, Pergamon-Brassey's, 1988.

³ Os dados referenciados foram obtidos no âmbito do projecto «Transição e Consolidação da Democracia em Portugal e o papel das Forças Armadas», orientado pela Prof. Dr.^a M.^a CARRILHO, e no qual colaborei.

Em traços largos, pode observar-se que entre 1974 e 1988 o número de oficiais do Exército decresceu 17,6%; na Força Aérea, pelo contrário, aumentou 35,2%, enquanto na Marinha esse número se manteve estável.

Esta situação, explicada pela prévia inflação no número de efectivos do Exército em 1974 (principal ramo empenhado na guerra colonial) e pela prioridade concedida ao desenvolvimento técnico e burocrático da Força Aérea, que só a partir da década de 80 começou a recuperar do seu atraso tecnológico e de infra-estruturas, teve, entre outros, como efeito, o «rejuvenescimento» do corpo de oficiais da Força Aérea, o que virá a influenciar positivamente as atitudes encontradas neste ramo relativamente a inovações como a incorporação e os direitos profissionais das mulheres.

Por outro lado, a evolução das pirâmides hierárquicas do Exército mostra uma forte redução na base, de 74 a 87, acompanhada pela ampliação desproporcionada do vértice. Ou seja, verifica-se um persistente empolamento dos postos mais elevados (Coronel, Ten.-coronel e Major), à custa da diminuição de efectivos nos postos inferiores (Capitães a partir de 77) e subalternos (Tenentes e Alferes).

As razões para esta distorção encontram-se evidentemente relacionadas com a guerra colonial. Após o fim da guerra deu-se a desmobilização das tropas combatentes, mas permaneceram os oficiais do quadro permanente, sem que — até há bem pouco tempo — nenhuma política de encorajamento de reformas antecipadas fosse implementada, tendo os oficiais continuado a progredir nas suas carreiras.

Ora, como é conhecido, a reestruturação recentemente iniciada visando, entre outros objectivos, a correcção deste desequilíbrio, deu origem a fortes tensões. O descontentamento de diferentes sectores da hierarquia militar tem aliás vindo a conhecer expressões diversas, de forma intermitente mas persistente, em torno de aspectos directamente relacionados com as condições de progressão na carreira, salários e estatutos, etc...

Os resultados de um inquérito aos oficiais dos três ramos das Forças Armadas, realizado em 1989⁴, mostram justamente (embora com diferentes pesos segundo os ramos) a importância atribuída pelos oficiais às questões relacionadas com o desempenho profissional. A maioria, por exemplo, atribui um valor prioritário ao empenhamento numa actividade para a qual se sintam vocacionados, numa escala em que «servir o interesse nacional» aparece em segundo lugar.

Um outro aspecto que valerá a pena referir, e também evidenciado pelo referido inquérito, é a receptividade, atrás mencionada, a

⁴ Este inquérito realizou-se no âmbito do projecto de investigação acima referenciado.

certo tipo de inovações organizacionais: as opiniões maioritariamente favoráveis à abertura das Forças Armadas e da sua hierarquia às mulheres e ainda ao princípio da igualdade de oportunidades no acesso e progressão na carreira, podem ser consideradas um indicador significativo neste plano.

Em síntese: a importância e visibilidade públicas que as questões de cariz profissional têm vindo a adquirir; a emergência de problemas relacionados com a estruturação de carreiras, estatutos, remunerações e condições de trabalho; a procura de articulação de interesses em plataformas associativas; a abertura a certo tipo de inovações organizacionais, são, provavelmente, sintomas de uma crescente orientação no sentido do «pólo ocupacional».

Do ponto de vista dos responsáveis pela tomada de decisões e implementação de políticas, a tensão entre esta e outras orientações não tem necessariamente que resultar num jogo de soma zero. Elementos de tipo ocupacional e institucional podem ser combinados de variadas formas, dependendo da natureza e objectivos da instituição, eles próprios também cambiáveis.

Independentemente das expressões que o processo venha a conhecer, a possibilidade de pensar os «futuros possíveis» exige que estejamos atentos «não só aos factores de estabilidade mas também às tensões e desequilíbrios, não apenas à permanência mas igualmente à emergência de novos agentes e factos, não somente aos mecanismos de regulação integradora mas também às dinâmicas contraditórias»⁵.

PORTO, CIDADE (DES)ANIMADA?

Coordenador: José Virgílio Pereira

Intervenientes: João Teixeira Lopes (Sociólogo)

José Madureira Pinto (Sociólogo)

Manuel Mendes (jornalista)

Manuela de Melo (Vereadora do Pelouro de Animação da Cidade da Câmara Municipal do Porto)

Serge Saguenail (realizador)

Intervenção de JOÃO TEIXEIRA LOPES

1. A dar um título a esta intervenção chamar-lhe-ia PORTO SENTIDO, inspirado, sem dúvida, na canção de Rui Veloso, mas, prin-

⁵ ALMEIDA, J. F., *Portugal -- Os Próximos Vinte Anos. Valores e Representações Sociais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

cialmente, nas representações sociais da cidade que povoam o imaginário e o agir dos jovens estudantes do Porto.

Se pensarmos na importância do estudo das representações sociais do espaço, ou seja, na forma como determinados grupos interpretam e classificam o espaço circundante, fazendo dele o melhor uso possível, de acordo com as suas estratégias de afirmação pessoal e social, compreenderemos que a simbologia e os significados que ele desperta não devem ser ignorados, em nome de um qualquer reducionismo sociológico.

Com efeito, partilhámos a opinião de Teixeira Fernandes que, no seguimento de Henri Lefebvre, considera o espaço como um campo semântico, exprimindo vivências e formas de organização da vida quotidiana. Desta forma, importa rejeitar qualquer abordagem das representações sociais através da sua naturalização, isto é, considerando-as como produto de uma mais que discutível «natureza humana». Se as representações são sociais é porque são produto da actividade dos grupos, fruto da interacção que se desenvolve no quadro de uma dada ordem cultural e institucional, fornecendo aos indivíduos «pistas» para a organização e a compreensão pragmáticas do real.

2. No caso dos estudantes (entrevistámos vários dirigentes associativos do Ensino Secundário) importa considerar a sua inserção no campo escolar e a sua relação particular com a urbe. De facto, o campo escolar, apesar de abarcar trajectórias múltiplas e socialmente diferenciadas, não deixa de produzir um efeito relativo de homogeneização das condutas e quadros socioculturais, (re)actualizando o *habitus* primário, fruto da socialização familiar. Assim, partimos da hipótese de que existirá uma diferença específica distintiva que caracterizará o relacionamento simbólico dos estudantes com a cidade, propiciando a partilha mais ou menos generalizada de um conjunto de símbolos e de pontos de referência.

3. Um dos primeiros aspectos a realçar é a *clareza, a coerência e a valorização* da primeira imagem da cidade («Sou uma fa do Porto»; «é a minha cidade», «é a melhor!»). Desta forma, o Porto aparece no «olhar» dos estudantes como uma cidade facilmente legível (na acepção de Kevin Lynch), favorecendo a partilha de um terreno simbólico comum e generalizadamente partilhado, conferindo um carácter distintivo à cidade, assente na familiaridade com que os estudantes comunicam com o espaço urbano. Assim, poderá eventualmente sair favorecida a criação de uma identidade positiva, tendo como pano de fundo a cidade, o que sem dúvida terá consequências ao nível da comunicação interpessoal e intergrupala.

Por outro lado, esta legibilidade da cidade aparece frequentemente associada à *valorização simbólica dos seus habitantes*, o que significa igualmente um processo de autovalorização e de distanciamento face aos outros, «os de fora», frequentemente tidos como «estranhos». Além disso, verifica-se também um contraste implícito entre a valorização do «portuense genuíno» (associado às práticas das classes populares) e a desvalorização do «portuense estrangeirado» (associado às novas classes médias urbanas, em acentuada expansão).

No entanto, no fluir dos discursos dos entrevistados, vão paulatinamente aparecendo *elementos dissonantes e actualizadores da primeira imagem da cidade* («Gosto do Porto, mas...»; «Adoro o Porto... só que... tenho muita pena dele, coitadinho!»). Na insatisfação do quotidiano, desenha-se uma nova cidade na ideação dos jovens estudantes. Quais os contornos dessa cidade (im)possível? Antes de mais, *uma cidade com espaços verdes, orientada para os peões* e onde seja possível *passar com segurança*. Mas, principalmente, uma cidade com *recantos propiciadores de convivialidade*, o que, no caso dos estudantes, se associa a uma forte cultura de saídas que se exprime, por exemplo, nas críticas à desertificação nocturna da cidade («Quase só se vêem táxis...»), na defesa de um lazer comercial nocturno (discotecas, centros comerciais) mas igualmente na existência de saídas alternativas às que habitualmente se praticam («Eu tenho catorze anos e entro facilmente nas discotecas, mas nem todos conseguem»).

Por outro lado, o «fantasma» de Lisboa está omnipresente nas representações dos portuenses. A necessidade de competir com a capital leva-os a defender a necessidade de inverter a imagem do Porto como uma *cidade que importa cultura*, tornando-a um pólo atractivo e cosmopolita («é preciso fazer coisas para virem pessoas de fora conhecer a cidade»). Deste modo, a par da necessidade de preservação do património cultural, os jovens estudantes vêem com agrado a edificação de uma nova monumentalidade, radical e vanguardista nas suas opções estéticas («Algo de fantástico!»). Surge assim, finalmente, a imagem de uma *cidade aberta à novidade, à inovação, à experimentação e à surpresa*.

4. A breve análise das representações sociais dos estudantes sobre a cidade leva-nos a defender a ideia de que as práticas culturais não podem ser estudadas isoladamente, nem a animação deve ser encarada como uma actividade sectorial. O campo cultural, não o esqueçamos, toda em muitos outros campos, dado o seu carácter intersticial e a fluidez das suas fronteiras. De facto, o discurso dos estudantes entrevistados mostra bem como a fruição cultural depende do estado global da cidade.

Finalmente, gostaria de deixar aqui a ideia de que importa não desperdiçar a imagem forte e positiva que os jovens estudantes portugueses têm da sua cidade. Esta, aparece como visível, legível e distinta, o que sem dúvida constitui um convite à participação e à concretização de projectos de sociabilidade. É preciso, pois, aproveitar este capital simbólico, bem patente nas seguintes palavras:

«Quando se gosta muito é difícil saber-se porquê. É algo que se sente. Sente-se o rio, sente-se a paisagem, as pedras, a arquitectura, os monumentos, as varandas...».

De facto, é o Porto sentido...

Intervenção de JOSÉ MADUREIRA PINTO

Ao avaliar o «grau de animação» de uma cidade, um dos critérios mais frequentemente invocados reporta-se à amplitude e diversidade da respectiva «oferta cultural».

Nesta óptica, é corrente afirmar-se que, nos últimos anos, o Porto deixou de ser o «deserto cultural» que, em períodos anteriores, o terá caracterizado e faz-se questão de apontar a densidade de espectáculos em cartaz (que, aliás, se reconhece ser por vezes excessiva) como um sinal inequívoco de mudança (quando não, mesmo, de «movida») nesta área.

O Pelouro de Animação da Cidade da Câmara Municipal, entidade que surge explicitamente associada à concepção, promoção e apoio de alguns momentos fortes deste processo de reactivação das oportunidades de contacto dos públicos com a criação artística, tenderá a ser encarado, em tal perspectiva, como o protagonista decisivo do salto qualitativo em causa.

Ora, se um tal juízo me parece inteiramente razoável, não estou certo de que quem o emite se apoie sempre, ao fazê-lo, em princípios fundados e claros.

Para a intervenção da administração pública neste âmbito poder desempenhar funções de efectiva democratização social sem pôr em causa genuínas ambições de incentivo à criação e inovação culturais — essa é a orientação que convictamente defendo na matéria —, creio que terá de conquistar a necessária distância em face não só das lógicas de standardização de imaginários e de gostos que tendem a instalar-se nas indústrias culturais, como também dos mecanismos que reproduzem acentuados défices de comunicação no relacionamento dos produtores da cultura erudita com o «grande público».

Uma das originalidades da política cultural da autarquia portuense em anos recentes consiste justamente, a meu ver, em ter tentado alargar significativamente o espaço de encontro das populações com os bens culturais, e em particular com os produtos menos acessíveis da cultura cultivada, sem, no essencial, se deixar encerrar nas referidas engrenagens dominantes de captação massiva ou, no pólo oposto, de co-optação distintiva de públicos.

A estratégia adoptada parece ter partido da preocupação em dar sentido útil, neste domínio peculiar da vida social, ao conhecido e louvado desígnio de intercâmbio e cooperação — mas também de activa exploração de sinergias — entre instâncias da administração pública e da «sociedade civil», privilegiando, no caso, a articulação de serviços culturais, tanto quanto possível desburocratizados, com o movimento associativo e com os estabelecimentos de ensino da cidade.

Sendo certo que largas franjas do associativismo vivem no limiar da subsistência, sem recursos e sem capacidade de mobilização efectiva, mas sabendo-se também que continua a ser muito densa, sobretudo em meios populares, a rede de organizações que o integram, parece provar-se, através de intervenções como a aqui referida, que os apoios concedidos a este sector tendo em vista a simples troca de experiências, a renovação de equipamentos básicos ou a formação de técnicos e dirigentes induzem normalmente um aumento substancial da oferta cultural da cidade; ao mesmo tempo, são um estímulo efectivo à afirmação das culturas dominadas (populares ou marginalizadas) e emergentes, ou seja, ao crepitante pluralismo cultural que «faz a diferença» das cidades.

A intensidade da dinâmica cultural do Porto tem sido tentada igualmente, como já disse, através de um reforço do intercâmbio entre os serviços autárquicos e as escolas da cidade.

Procurar inserir o universo de iniciativas ligadas ao cinema, ao teatro, à música, à acção de museus e bibliotecas no dia-a-dia das escolas é um tipo de intervenção que, não obstante se justificar inteiramente pela vastidão de circuitos de difusão de saberes e outros instrumentos culturais que, a par da escola, actuam nas nossas sociedades, se revela recheado de dificuldades. Contra ele actuam a crescente massificação do ensino, a degradação dos equipamentos escolares, a tendência para reduzir a vivência da escola às suas dimensões utilitárias (corolário, ela própria, da deterioração estatutária do professorado), muitas inércias organizacionais e as próprias dificuldades em adequar os procedimentos de divulgação das iniciativas culturais aos universos, insolitamente mutáveis, de valores, projectos e linguagens privilegiados pelos públicos juvenis.

Entretanto, experiências como as que têm levado crianças e jovens da cidade a desvendar o «lado oculto» do teatro, a contactar ao vivo com músicos e outros artistas durante os ensaios, no espaço informal dos *foyers* ou nas próprias escolas — e a fazê-lo de um modo em que, com o necessário enquadramento, a condição de participante/actor/criador sobreleve a de mero espectador —, mostram bem que é possível alargar e modificar qualitativamente, ainda que em escala reduzida, as condições da oferta e da procura culturais (e portanto, também, os padrões de animação da cidade) através do aprofundamento de complementaridades entre agentes culturais, equipamentos disponíveis e serviços da administração.

Quase imperceptivelmente, acabo de introduzir, neste depoimento, um segundo critério que me parece utilizável, com pertinência, na avaliação do grau de animação de uma cidade e, em particular, do burgo portuense.

Procura-se, através dele, indagar se, e até que ponto, os modos de produção e de reprodução instalados, e as acções da administração que com eles coexistem, abrem ou fecham oportunidades para que a recepção das obras culturais possa conduzir a uma aproximação empática ao acto criador (participação) e para que esta última estimule intervenções autónomas e auto-enriquecedoras ao nível da criação.

Na perspectiva de «animação da cidade», há ou não diferenças qualitativas entre políticas que fazem do alargamento de públicos um fim em si mesmo e políticas que, não prescindindo deste, visam, acima de tudo, embora necessariamente a prazo, promover a democratização da esfera da produção cultural propriamente dita?

Creio que haverá; e também penso que, se algo de substancial neste aspecto mudou na cidade, tal terá ocorrido mais em função de princípios orientadores sintonizados com a segunda vertente enunciada do que por força da expansão — aliás sempre bem-vinda — da oferta de espectáculos.

A revalorização . dos espaços colectivos (públicos ou semi-públicos) como lugares de mediação cultural legítima (teatro e música nas ruas e nos cafés), arte efémera nas praças, animação de edifícios monumentais...) constitui, se não erro, uma componente fundamental do ar novo que no Porto se respira. Atenuando distâncias entre criadores e espectadores, estimulando uma adesão dessacralizada e dessacralizadora às obras e aos autores, introduzindo nas rotinas perceptivas do quotidiano o desafio de experiências estéticas novas e de derivas emancipadoras — tais intervenções no espaço público da cidade contêm, creio, virtualidades no plano da democratização que transcendem a sua dimensão estritamente cultural.

É que esta multiplicação de estímulos na esfera pública, que, aliás, encontra no já referido impulso ao associativismo outro espaço de afirmação por excelência, não tem só um efeito de expansão do acesso às obras e ao uso competente dos instrumentos culturais; o que, em princípio ela também garante é a mobilização de energias comunicacionais e de empenhamento cívico socialmente recalcadas e, nesse sentido, pode constituir, sobretudo se se articular harmonicamente com dinâmicas de sociabilidade fluentes, original antídoto contra conhecidos processos de evasão e demissão que não poupam o universo do não-trabalho e do lazer.

Surge, assim, um novo critério de avaliação do grau de animação da cidade; ao accioná-lo, o que estará em causa é definir o potencial de distanciação e autonomia críticas dos cidadãos, o *quantum* de resistência que são capazes de opor relativamente às mais enraizadas engrenagens de «arrefecimento cívico» das democracias mitigadas.

Pôr a cidade a olhar para si própria, estimulá-la depois a falar sobre ela mesma, «compeli-la», enfim, a tomar partido face ao tempo que passa e aos futuros desejados ou possíveis — eis três patamares de acção e animação culturais para que, afinal, remetem os critérios enunciados.

Nos últimos anos, os cidadãos do Porto puseram-se a olhar e a falar sobre os seus espaços e modos de vida com um empenhamento que há muito se não pressentia. O passo seguinte poderá ser então o de, por via de uma intensificação e alargamento de âmbito das actividades de animação cultural da cidade, criar condições para que intervenham regularmente, com audácia e com conhecimento de causa, sobre o que de essencial afecta a sua existência: concepção e gestão de equipamentos de lazer, definição de planos urbanísticos de pormenor, preservação e recuperação de zonas verdes e outros espaços de convivialidade, reabilitação de áreas residenciais degradadas e marginalizadas, promoção do diálogo entre culturas (contra a violência e insegurança urbanas), etc.

Nada disse até agora sobre a festa e das festas da cidade, o que, face ao tema proposto, pode parecer anómalo. Bem vistas as coisas, porém, talvez não seja difícil nem deslocado, encarar o fenómeno à luz, justamente, das considerações antes produzidas. Sob forma telegráfica, eis então algumas das interrogações que, a meu ver, se justificam: os portuenses ainda fazem a festa ou, seguindo conhecidas tendências de dessacralização e mercantilização sociais, remeteram-se irreversivelmente ao papel de espectadores/consumidores de festividades outorgadas? Podem (e deverão?) as acções de política cultural promover a recuperação das festas tradicionais ou estará uma tal via condenada a acelerar o processo da sua folclorização? Por que não

privilegiar, em vez da festa, a dimensão festiva do quotidiano, através de uma reinvenção das condições da convivialidade, que é também sempre um apelo à participação e à solidariedade? Como evitar que o reforço das identidades sociais, que em princípio a celebração festiva assegura, se transforme em factor de intolerância e de segregação?

Intervenção de MANUELA DE MELO

A cultura é, no mundo de hoje, um factor básico essencial ao desenvolvimento económico e social das cidades e, mais do que isso um elemento potenciador da qualidade desse desenvolvimento.

A cidade do Porto encontra-se hoje num ponto de viragem onde se joga o seu futuro de cidade universitária, centro de serviços qualificados, pólo duma região de grande dinâmica económica e vitalidade social. Entre as condições necessárias à consolidação desta tendência natural encontra-se o desenvolvimento quantitativo e qualitativo das actividades recreativas e culturais, hoje indispensável numa cidade com significativa percentagem de quadros médios e superiores, mas igualmente essencial para uma ocupação interessante e diversificada dos tempos livres da generalidade dos munícipes.

O Pelouro de «Animação da Cidade» apareceu no início do actual mandato com um objectivo principal: dar à Câmara Municipal do Porto o papel de protagonista, sem nunca assumir pretensões dirigistas (descabidas numa área pautada pela liberdade de criação de indivíduos e grupos), na actividade cultural da cidade.

Para isso, além de apostar na dinamização e modernização das Divisões tradicionalmente incluídas no Pelouro da Cultura («Museus», «Arquivo», «Bibliotecas») e noutros («Turismo» e «Gestão e Animação de Parques de Recreio»), a Câmara Municipal do Porto lançou-se decididamente numa abertura ao exterior através da definição de algumas linhas essenciais de actuação:

1 — Apoio às associações recreativas e culturais da cidade, especialmente as que desenvolvem trabalho na promoção sociocultural das comunidades onde se inserem, visando a sua revitalização e robustecimento. Foi feito o levantamento das associações existentes, promovidos Encontros das Associações Locais (1 por ano) e foram definidas e implementadas as normas básicas de actuação do Pelouro neste domínio: apoiar a melhoria de instalações e/ou equipamentos, promover a formação profissional e viabilizar a realização de acções concretas

voltadas para a comunidade. Neste processo o Pelouro atribui grande importância à coordenação de esforços com as Juntas de Freguesia e ao intercâmbio associativo.

2 — Apoio à criação e divulgação artística em sentido lato, apoiando, fomentando e promovendo acções de criadores individuais ou colectivos, que se desenvolvam na cidade ou nela directamente se projectem.

Os incentivos municipais têm-se traduzido em ajuda financeira, cedência de espaços, apoio logístico, divulgação de actividades, atribuição de bolsas de estudo, pagamento de estágios, apoio à itinerância nacional e internacional, etc. Sempre que possível a ajuda financeira reveste a forma de compra de serviços.

Dada a grande amplitude das actividades aqui inseridas e considerando as graves carências que quase todas têm, a acção do pelouro desenrola-se numa colaboração com todos os organismos públicos e privados que, por responsabilidade própria ou vontade assumida, devem ou podem intervir no apoio à criação cultural.

Neste capítulo deu-se e vai continuar a dar-se numa grande importância ao diálogo permanente com as instituições públicas e privadas da cidade, com quem começamos a articular planos de animação cultural.

3 — Promoção e/ou apoio à realização de acções de prestígio no campo cultural, que estimulem o poder criador dos portuenses mas também projectem o nome do Porto no país e no estrangeiro.

Cabem aqui as Exposições, os Festivais e Concursos (nacionais ou internacionais) de Cinema e Vídeo, Teatro, Música, Artes Plásticas, Dança, Literatura, Banda Desenhada, etc. Tem sido dada preferência a acções que representem algo de novo no panorama nacional ou internacional e/ou tenham ligação estreita com a actividade já existente na cidade ou que nela se pretende promover.

4 — Apoio à inclusão do Porto nas digressões de artistas e companhias nacionais e estrangeiras de reconhecido mérito, capazes de dar à cidade uma animação de alta qualidade, cada vez mais importante na promoção sociocultural dos seus habitantes bem como na imagem turística que dela se quer projectar.

5 — Apoio à criação de novos públicos nos domínios das artes, letras e ciência contemplando acções culturais e recreativas com vin cada componente pedagógica e tendo uma especial atenção aos públicos juvenis (nomeadamente os enquadrados no sistema formal de ensino).

6 — Desenvolvimento da cooperação com outros municípios, especialmente os da Área Metropolitana (para evitar a simultaneidade de acções de prestígio, melhorar a circulação de informação, concentrar esforços em acções ou projectos de interesse comum só possíveis com a cooperação intermunicipal), ou de grandes cidades, sobretudo Lisboa (para conseguir a vinda ao Porto de acções culturais/espectáculos que tradicionalmente não saem da capital e levar lá acções/espectáculos feitos no Porto).

7 — Relançamento das ligações internacionais do Porto (utilizando preferencialmente as cidades geminadas) projectando no estrangeiro os agentes e as acções culturais portuenses.

Seguindo estas linhas básicas de actuação queremos atingir algumas metas que consideramos essenciais para uma política cultural do Município do Porto:

- a) tornar a participação em actividades culturais acessível (e apetecível) a todos os munícipes, aceitando a diversidade dos seus gostos e preferências mas não descurando a componente pedagógica que permitirá criar novos públicos e/ou públicos mais exigentes;
- b) tornar a cidade num espaço de criação artística e actividade cultural de nível europeu, ressaltando o que tem de específico e inovador, mas mantendo abertas todas as vias que fazem das artes veículos universais de comunicação;
- c) promover o desenvolvimento cultural harmonioso das diferentes zonas da cidade (quer através de incentivos diferenciados aos agentes culturais, quer através da construção de equipamentos), visando sobretudo a valorização de algumas áreas agora degradadas, mas que são essenciais na definição da cidade do futuro, sem esquecer aqueles que sempre foram áreas de atracção para os portuenses e os turistas que nos visitam.

Intervenção de SERGE SAGUENAIL

Não sou sociólogo. Logo, todos os comentários que possa vir a tecer acerca do Porto representam tão-só um ponto de vista exterior — devido às minhas origens —, impressionista — dada a falta de inquéritos à minha disposição — e parcial — dado o meu envolvimento pessoal no campo cultural desta cidade. Além disso, uma abordagem de

tipo não comparatista pode falsear a perspectiva: as minhas observações aplicam-se porventura a outras metrópoles, e talvez retratem apenas um estado de sociedade e não tanto um espaço geográfico (quando é justamente essa especificidade que está em causa). Por último, todos vivemos num espaço imaginário mas condicionado — pela nossa formação, pela nossa situação social, pelas posições que ocupamos, etc. — e o Porto que eu vejo não é o Porto mas sim *no Porto*, a parte do campo que eu elegi, dentro da qual me movimento, em função de um ponto de vista orientado, empenhado. O que significa que, em última análise, ao falar do Porto como de qualquer outro assunto, é de alguma maneira o meu próprio retrato que eu apresento. Tirando estas restrições prévias, devo dizer que assumo a parcialidade, e faço questão, na vida como no trabalho, de continuar a ser livre mas nem por sombras ser exemplar. Vou portanto tentar formular algumas considerações sujeitas a caução, considerações essas que em todo o caso determinam as minhas próprias tomadas de posição.

1 — O PORTO — A sociedade portuguesa, e esta cidade em particular, sofreram uma transformação notável de há 20 anos a esta data. A tradicional classe média urbana, essencialmente comerciante, do antigo regime, ficou «arruinada» pouco depois do 25 de Abril. O poder assentava numa pequena burguesia de funcionários, mas a média burguesia liberal em geral opunha-se, pelo menos ao nível dos princípios e das ideias, ao regime salazarista. O modelo cultural desta média burguesia era importado, de França principalmente. Os seus herdeiros viram-se ultrapassados depois da revolução, por uma nova classe em ascensão — empresários — mais dinâmica e mais dura, que rapidamente trepou os degraus da hierarquia social ao associar o poder económico que detinha à actividade político-partidária que o novo regime democrático instaurara. Do ponto de vista cultural, esta nova classe dominante caracteriza-se pela ausência de um capital simbólico herdado, lacuna essa que acarreta uma desvalorização do capital cultural e modifica o estatuto da própria procura: o capital simbólico era essencial para manter uma posição de oposição num regime repressivo mas torna-se secundário numa sociedade competitiva em que o poder pragmático se tornou o objectivo directo das lutas. Encontramos indícios desta situação tanto ao nível da formação — toda a Universidade portuguesa se encontra actualmente reduzida a uma instituição de formação profissional especializada — como ao nível da produção cultural que nos últimos 15 anos se tem desenvolvido em função de um mercado — em todos os domínios, inclusive na área do teatro subvencionado, foi introduzido um critério de audiência e de sucesso junto do público.

2 — A PROBLEMÁTICA — Neste quadro, a animação cultural é um falso problema: com efeito, a animação cultural acompanha necessariamente a evolução social da cidade e a procura que esta suscita. Nos últimos anos, o Porto tende a europeizar-se — no plano urbanístico como no da animação cultural — a oferta de espectáculos é actualmente superior à procura por parte do público, pelo que muitos espectáculos se desenrolam perante uma audiência bastante limitada. O problema da «animação» reduz-se a uma dificuldade de ordem logística de difusão da «oferta» cultural. Consta-se todavia que embora o número de espectáculos tenha subido nitidamente nos últimos tempos, nenhuma estrutura de promoção cultural se desenvolveu efectivamente na cidade: as iniciativas continuam a ser individuais, episódicas, revelando simultaneamente uma grande capacidade de empreendimento e uma falta absoluta de concertação. O campo cultural, no tocante à promoção das manifestações, continua a ser embrionário e o número de estruturas e de agentes que poderiam viver na actividade cultural — e conseqüentemente coordenar, regularizar e desenvolver a produção de espectáculos — muito limitado. Ora, o desfazamento entre uma abundância anárquica e um desenvolvimento coordenado (que implica um projecto político, no sentido próprio do termo) não pode ser colmatado sem acontecerem profundas mudanças de comportamento por parte das entidades intervenientes: o público e os produtores locais.

3 — o PÚBLICO — A rápida promoção social duma nova classe burguesa desvalorizou o capital simbólico, apanágio da antiga burguesia. O problema reside portanto na formação do público. Essa formação visa uma modificação e um crescimento da procura, em termos qualificativos mais do que quantitativos. Convém pois seriar os problemas e as estratégias.

a) Renovação — Qualquer mudança é suscitada inicialmente por uma insatisfação. A renovação de um campo passa pela do seu público e pode ser equacionada em termos de geração. A geração que foi o motor da revolução política e da transformação social do país nos últimos 20 anos, instaurou uma ideologia pragmática cujos herdeiros vão agora subir ao poder. Esta nova geração constitui um novo público que vai, na medida em que a conjuntura social se estabilizou entretanto, poder revalorizar um capital simbólico. O esforço deve, pois, a meu ver, concentrar-se no público jovem, que porventura sentirá as lacunas da actual oferta como uma frustração e, ao tomar consciência da sua insatisfação, pode passar a ter um papel de intervenção mais activa. A acção junto desse público jovem passa por uma modifi-

cação dos objectivos pedagógicos nos estabelecimentos de ensino que deveriam visar uma aquisição do capital simbólico, mais do que uma pseudoformação profissional pragmática.

b) Exigência — Herança talvez dos reflexos condicionados por 50 anos de ditadura, podemos constatar uma particular passividade do público portuense. Embora a oferta institucionalizada — circuito de distribuição cinematográfica, produção teatral, programação televisiva — se tenha degradado rapidamente — na medida em que a rentabilidade a curto prazo, superior na área do imobiliário, da publicidade clandestina, etc, relegou para segundo plano os próprios critérios comerciais tradicionais tais como a adesão dos espectadores —, a reacção do público manifesta-se unicamente através duma deserção ostensiva. O problema é, no fundo, o mesmo que Brecht analisava em 1930 ou que Rossellini denunciava em 1950; o que se agravou foi a demissão duma parte da crítica, submetida aos interesses políticos ou comprada pelas companhias de distribuição. As manifestações culturais deixaram de ser objecto de avaliação — o caso mais típico no Porto será porventura o das óperas vindas dos países de Leste que apresentaram na cidade caricaturas das montagens das grandes companhias — e os espectáculos não suportados por uma enorme campanha de promoção passam despercebidos — os concertos, os filmes europeus, etc. A passividade, a falta de exigência e a ausência de apreciação crítica é ainda mais grave quando se trata de produções locais.

c) Identidade — No fundo, porquê «animar» a cidade? Tratar-se-á, conforme sugere a metáfora militar em voga, de «ocupar» o tempo livre que a burguesia conquistou entre outros privilégios? Ou a cultura ■ — e o capital simbólico que lhe está ligado — terá uma função social? O homem só é capaz de realizar os sonhos que concebeu. É esta concepção do imaginário que me parece ser a função da cultura. Imaginário localizado, que possui raízes — património e tradições — e permite a elaboração duma identidade, duma especificidade avessa à estandardização que é sempre submissão ao modelo do mais forte — produto da lei da selva económica. O Porto investiu todo o seu bairrismo na equipa de futebol — que, entre parênteses, recebe a fatia mais importante dos subsídios «culturais» da região. Ora, entendo que é indispensável reforçar ou até forjar a consciência dessa identidade. Identidade ameaçada na medida em que a promoção cultural é essencialmente importada da capital ou do estrangeiro. Identidade atolada num complexo de «provincianismo» que tende a favorecer a desvalorização da produção ou, por reacção, a receber tudo sem exigência nem crítica. A identidade cultural passa por uma memória — os ante-

passados, que são indispensáveis para a constituição da «pessoa» do ponto de vista antropológico — e por uma utopia — os descendentes, de quem depende o sentido e a qualidade da evolução.

4 — OS PRODUTORES — O campo cultural constitui um espaço no qual todos os parâmetros estão em estreita relação. Foi apenas por uma questão de comodidade que optámos por abordar sucessivamente as várias entidades participantes. É óbvio que a exigência do público é garante do esforço dos agentes produtores que são indissociáveis dum processo global de evolução sociopolítica no qual a «vanguarda» só tem sentido se tiver seguidores. Por conseguinte, o produtor não pode ser simplesmente «animador», mas também não pode levar a cabo o seu trabalho em total divórcio com o público que procura atingir — ainda que a relação com o público muitas vezes se baseie num mal-entendido. Todavia, se por um lado, a abundância da oferta logrou manter uma ilusão de fachada no tocante à situação do público passivo e desprezado, por outro, o panorama da produção local é indesmentidamente crítico: companhias teatrais dissolvidas, criação audiovisual inexistente, etc.

Os problemas são tanto mais complexos quanto a submissão dos agentes ao movimento geral de desvalorização do estatuto cultural falseou as perspectivas.

a) A autonomia — A passividade do público é certamente um vestígio do silêncio do tempo da ditadura. A ditadura deixou também marcas importantes no que diz respeito às atitudes dos produtores. Em primeiro lugar, a dependência. Espera-se invariavelmente o subsídio cujo fim é garantir uma sobrevivência regida pelo modelo do funcionalismo. Pior ainda: espera-se das instituições políticas uma iniciativa que, felizmente, não acontece — com efeito, a «iniciativa» vinda do poder transformaria os agentes culturais em promotores publicitários do poder estabelecido, sem falar da censura automática que inevitavelmente se instauraria. Esta atitude dos produtores, homotética da passividade do público, traduz uma profunda imaturidade, impedindo, já não digo a constituição de uma «vanguarda», mas simplesmente qualquer produção experimental, e condena as iniciativas culturais a ficarem no plano do efêmero e do mundano. Paradoxalmente, obedecendo à lógica do bom senso que estipula que «só se empresta aos ricos», as únicas iniciativas que conseguiram conquistar um público foram as contempladas, a título de reconhecimento, com os apoios financeiros mais decisivos — o Fantasporto, o Seiva Trupe. A luta desenrola-se ao nível do poder e não da qualidade ou da função cultural.

b) **A formação** — A qualidade é talvez um critério subjectivo, mas, no mínimo, é possível avaliar a originalidade, a ambição, etc. Uma evolução qualitativa supõe uma mestria técnica e um conhecimento dos «progressos» — digamos da renovação estética e dos desenvolvimentos teóricos — realizados noutras partes e noutros tempos. A formação, tanto técnica como estética, é no Porto uma paródia: dispendiosa por agentes que não têm eles próprios mais do que escassos conhecimentos livrescos e mais não fazem do que «dar aulas» visto que abandonaram a actividade criativa — as escolas dramáticas, por exemplo servem de ganha-pão aos actores sem emprego — ela produz, no melhor dos casos, funcionários da cultura — docentes. O custo dessas formações «artísticas» que abundam no Porto — da «Árvore» à futura Escola Superior de Arte Dramática, passando pelo «Ballet-Teatro» e pela «Academia» — é deveras absurdo se atentarmos no nível de docentes — a escassez de seminários com especialistas ou criadores estrangeiros é particularmente notória. Essas escolas, que nasceram das cinzas de extintos grupos e companhias, limitam-se a reproduzir o insucesso que se encontra na sua própria origem.

c) **O alargamento** — A produção cultural transformou-se numa especialização. Esta seria eventualmente compreensível ou até justificável, num quadro cultural em que os meios técnicos e económicos tivessem acarretado uma industrialização da produção de espectáculos; no Porto, em que esses meios são à partida limitados, não faz sentido nenhum. Em contrapartida, parece indispensável obter, por parte dos poderes públicos, a institucionalização de estruturas de produção que ponham à disposição de todos os produtores os meios técnicos necessários à criação — instituições portanto abertas e públicas, sem fins lucrativos: cinema municipal à disposição dos cineclubes, salas diversificadas para acolher espectáculos, oficinas de construção de cenários, oficinas gráficas, salas de montagem, estúdios de som. Só o carácter público de tais instituições pode justificar o investimento que elas representam e lograria pôr fim à actual «perversão» da actividade cultural, que abandonou a criação para se consagrar à luta por um poder funcionarizado. Essas instituições permitiriam a uma parte do público passar à produção e integrar a cultura na evolução da cidade.

CONCLUSÃO — Dada a situação actual, qualquer melhoramento deverá partir duma reivindicação de base, isto é, do público. Os produtores aceitaram a degradação do campo cultural na medida em que conseguiram preservar certos privilégios. A insatisfação só pode ser manifestada pelo público, ou seja, por vocês. Um público crítico, o público pelo qual eu luto, é um público que toma a palavra, que se

envolve no processo da sua própria formação, que intervém no campo cultural — ao nível financeiro, inclusive, caso seja necessário; em suma, um público pronto a passar para o outro lado da barreira, para o lado da criação. A criação nesta cidade é obra de resistência, contra a inércia, contra a standardização, contra a intoxicação mediática, etc. Eu estou envolvido nesta resistência mas não sou optimista de feitio. Será que vocês me convidaram por masoquismo — a verdade é que eu sou um animador muito medíocre — ou será que já estais a elaborar as vossas reivindicações?

RELIGIÃO: A IDADE DA DUVIDA

Coordenador: Isabel Amorim

Intervenientes: João Saramago (pastor protestante)
Moisés de Lemos Martins (Sociólogo)
Raul Iturra (Antropólogo)

Intervenção de JOÃO SARAMAGO

Parece-me que o tema do colóquio traz implícita a pergunta pelo *lugar* da religião num tempo que se pensa, em última análise, caracterizar-se pela experiência metódica e existencial da dúvida. De facto, a época moderna inicia-se com a experiência radical da dúvida. O homem, ao descobrir-se como ser que erra, que se ilude, que é finito, faz a experiência da dúvida como algo inerente à sua própria condição humana. A verdade, a existir, — e, repare-*se, que na experiência moderna da dúvida procura-se ao mesmo tempo a sua superação pela descoberta e afirmação de uma base ontológica da verdade imanente ao próprio ser humano — apresenta-se mais como horizonte escatológico, algo que está sempre diante de mim mas do qual nunca me apropriar pessoalmente.

A DUVIDA E A FÉ

A dúvida antes de ser metódica é existencial. A dúvida não é estranha à própria condição humana; pelo contrário, é-lhe visceralmente inerente; não só a dúvida, mas igualmente a fé. «A existência radica na fé e na confiança». O ser humano não somente se experimenta como ser que duvida, mas igualmente como ser que crê e que confia.

Sobre a dúvida somente muito pouco ou nada pode-se construir, muito menos uma vida autenticamente humana e plena de sentido.

A fé não é unicamente atitude religiosa; é também atitude existencial de todos os dias. O quotidiano é o lugar da experiência da fé. Experimento-a, *primeiro*, como uma forma deficiente de saber, isto é, sobre alguma coisa posso não ter evidências, mas tenho razões creíveis para acreditar. Aliás, as decisões que mais nos afectam — portanto as decisões vitais — não são tomadas com base em evidências mas em sinais e razões para crer/decidir (assim, por exemplo, as amizades, o casamento). A fé experimento-a, em *segundo lugar*, como encontro, isto é, como acto pessoal de confiança que vem estabelecer uma relação de vinculação mútua entre mim e o outro.

Por que digo isto? Para salientar — se necessidade há — que a atitude de fé não é algo de estranho à condição humana e muito menos representa um estágio primitivo que há que superar. Sendo assim, a *fé religiosa* representa a radicalização de uma atitude imanente ao pensar e ao agir humanos. Com uma diferença: na fé religiosa trata-se do acto fundamental da pessoa humana que vive uma confiança radical em Deus como o fundamento e o sentido últimos da sua existência e da existência de todas as coisas.

FÉ E DECISÃO

Todavia, há que esclarecer, a fé — no sentido religioso — não é um *a priori* inscrito no espírito humano. A fé enquanto tal só se dá no próprio acto de crer. Não existe uma fé quimicamente pura; existem pessoas que crêem, isto é, que se decidem pela atitude de fé e de confiança ante o Mistério de vida e de amor (Deus) que lhes sai ao encontro no caminho da vida.

O Evangelho (Bíblia) regista o apelo de Jesus: «Arrependei-vos e crede». Aqui trata-se de tomar uma posição perante o Deus de amor que se revela em Jesus Cristo. Neste apelo de fé, não há provas, não há evidências (se é que elas existem em algum lado ou em algum domínio); há apenas — em toda a sua força apelativa — a chamada à decisão da fé: crê! Isto é fé no sentido evangélico e cristão.

Assim sendo, o tempo de dúvidas, que de alguma forma podemos pensar que seja o nosso, não oblitera a abertura da pessoa à fé; antes pelo contrário, permite-lhe fazer, para lá do peso cultural e histórico dos ritos, das instituições e das crenças, do acto de crer uma experiência libertadora para a vida autêntica pela entrega confiante ao Deus de Jesus Cristo.

Intervenção de MOISÉS DE LEMOS MARTINS

«O homem da nossa época fez a experiência de uma vida sem Deus. Amputou, mercê de muitas conquistas científicas e técnicas, a sua parte espiritual. Como ele não pode, porém, viver sem Deus, sem a sua parte espiritual, passou a sentir um grande vazio dentro de si, a sentir-se fora e com uma vontade enorme de voltar a casa».

(D. MANUEL, bispo de Setúbal, in *Público Magazine*, de 11 de Abril de 1993)

«Talvez se justificasse a seguinte entrada num *Dicionário de ideias feitas*: «Religioso (retomo do)»».

(MARCEL GAUCHET, in *Autrement*, n. 75, 1985, p. 13)

Quer se tenha tratado de ciências ou de política, de Maquiavel e Galileu para cá, o espírito da modernidade definiu-se e impôs-se contra o espírito da religião. As Luzes do século XVIII aprofundaram, por sua vez, esta ruptura entre conhecimento e crença: de uma lado assentou arraiais o saber e o partido laico, do outro a fé e o partido católico.

No entanto, através de uma fenómeno mimético, clássico na política, o espírito da modernidade, espírito de secularização, num primeiro momento racionalista, depois positivista, tomou o seu adversário como modelo, o que o levou a produzir uma visão do mundo alternativa, uma religião da razão, capaz de suplantar as certezas da fé. A «religião civil» de que fala Rousseau *, e o *Catecismo Positivista* de Comte são o exemplo acabado daquilo que afirmamos. E assim, ao sonho tradicional de uma sociedade cristã, em que a Igreja se esforçava por hegemonizar o quadro da nossa vida colectiva, opôs-se a modernidade, com a miragem de um absoluto terrestre.

A certa altura, porém, apareceu Nietzsche a propor uma *frölich Wissenschaft*, um saber feliz, no sentido de «alegre», ou na expressão pitoresca do tradutor português (Alfredo Margarido), uma «gaia ciência». *Frölich Wissenschaft* significa: «as saturnais de um espírito que resistiu pacientemente a uma demorada e terrível pressão, — pacientemente, severamente, friamente, sem abdicação mas sem esperança, — e que se vê de repente assaltado pela esperança, pela esperança de sarar, pela *embriagues* de sarar»².

A função de uma «ciência alegre» é contraposta por Nietzsche à procura da verdade integral (actividade segundo parece doentia e própria da adolescência):

«desgosta-nos esse mau gosto, essa necessidade de verdade, da «verdade a todo o custo», esta loucura de rapaz: nós temos muito mais

¹ Veja-se *Du Contrat Social ou Principes du Droit publique*, Livro IV, Cap. VIII.

² NIETZSCHE, *A Gaia Ciência*, Lisboa, Guimaraes Ed., 1987, pp. 7-8.

experiência, seriedade, alegria, queimaduras, profundidade... Já não acreditamos que a verdade continue a ser verdade sem os seus véus — vivemos demais para isso. Fazemos agora uma questão de decência de não querer ver tudo nu, de não assistir a tudo, de não procurar tudo e tudo «saber»³.

A suspeita de Nietzsche sobre a procura da verdade integral prolonga e aprofunda a crítica feita por Kant à ideia de que a verdade se encontra na correspondência com os factos, no acordo com o real. A verdade é perspectivada em Nietzsche através das opções vitais de cada indivíduo, o que quer dizer que ela é o resultado da avaliação dos efeitos de uma crença considerada verdadeira⁴.

Há aqui um reconhecimento implícito da finitude humana e uma reorientação dos desígnios humanos em função dos seus limites: reconduzida à sua condição histórica e finita, a razão não é mais uma instância última soberana de decisão.

Mas à impossibilidade de uma verdade integral corresponde idêntica impossibilidade de uma identidade forte. Esta fragilidade pode articular-se do seguinte modo: que fazer da minha vida, quando sou eu só a decidir?

Neste ponto, a situação é igual para todos, crentes e não crentes. O combate que os dois inimigos estreneamente travaram entre si, terminou. A Igreja perdeu mas permanece, por muito que o nosso Afonso Costa, por exemplo, se revire no túmulo, ele que tinha previsto para breve o fim do catolicismo⁵. O espírito moderno, por seu lado, triunfou, mas não fez desaparecer o espírito de fé. Os combatentes de ontem estão, em consequência, à procura da sua identidade, procedendo ambos à redefinição das suas posições.

Sabemos hoje, com efeito, que nem a religião é o reflexo de um passado obscurantista, nem a secularização é a luz beatificante da modernidade⁶. E não obstante, sabendo nós tudo isto, são densas as trevas que envolvem o nosso presente e duvidosa a espiritualidade que em fartos borbotões jorra por todo o lado.

No debate que na actualidade opõe a lógica racionalista (moderna) à lógica existencial (pós-moderna), fala-se muito na superação do paradigma epistemológico que conduziu à racionalidade técnica, pelo paradigma ontológico, que teria reintroduzido o mistério na nossa

³ *Ibid.*, p. 14.

⁴ Veja-se a este propósito, M. CARRILHO, *Verdade, Suspeita e Argumentação*, Lisboa, Presença, 1990, pp. 41-44.

⁵ Discurso de 29 de Março de 1911: «em duas gerações será completamente eliminado o catolicismo em Portugal».

⁶ Veja-se BENTO DOMINGUES, *A Religião dos Portugueses*, Porto, Figueirinhas, 1988.

vida. Depois do desencantamento do mundo, operação desmitologizadora a que a própria religião se submeteu com todos os Bultmann⁷ que a tomaram de assalto, seria agora a vez do reencantamento e da remitificação, com as portas a serem franquadas por Gadamer, Heidegger, Cassirer, Durand, Eliade, Rudolf Otto, Van der Leeuw, e muitos outros.

Daí a ideia de «regresso a casa» e a certeza de que o século XXI será um século religioso.

Não creio, no entanto, que a nostalgia de uma «nebulosa identidade perdida» vá resolver-nos o problema. Em meu entender, a ideia de regresso ou de retorno mal passa de uma referência equivocada a uma identidade desaparecida. Talvez seja útil lembrar, a este propósito, Jean-François Lyotard e Richard Rorty. A racionalidade a que este tempo nos convoca, dizem, já não é o regresso a nada, nem a restauração de coisa alguma. Dão como encerrada a dissolução das mundivindências, a dissolução das teorias do fundamento e da legitimação, a dissolução do conceito de verdade. A dúvida concluiu nestes autores o seu processo: não há lugar a qualquer desvendamento de um mistério, a qualquer revelação do ser que preceda a linguagem; a verdade é a retórica, é a argumentação, é o uso e é o jogo de linguagem, apenas sujeita a regras que a validem.

Para Rorty, por exemplo, a verdade justifica-se numa base exclusivamente ética. Tomando as suas palavras, a verdade justifica-se numa base solidária, isto é, «num conjunto de virtudes morais como a tolerância, no respeito pelas opiniões daqueles que nos rodeiam, na capacidade de escuta, na capacidade posta na persuasão e não na força»⁸.

A ideia do pós-moderno de Lyotard e da pós-filosofia de Rorty, enquanto dissolução das teorias do fundamento e da legitimação, isto é, enquanto dissolução do conceito dogmático de verdade, foi aqui invocada porque me ajuda a situar o conceito de pós-religião de Maree Gauchet. Numa entrevista dada em 1985 à revista francesa *Autrement*, conta este investigador como já em 1848 Renan escrevia no seu *Uavenir de la science*: «Muito se tem falado nos últimos anos de *retorno do religioso*». E remata ironicamente Gauchet que talvez se justificasse a seguinte entrada num *Dicionário de ideias feitas*: «Religioso (retorno do)»⁹. Em seu entender, existe uma tendência geral de retracção do religioso, mas acompanhada de reviravoltas conjunturais,

⁷ Teólogo protestante alemão, RUDOLF BULTMANN representa a conciliação da exegese dos textos bíblicos com a modernidade. A sua influencia foi decisiva mesmo no campo católico. Veja-se *Jesus und Die Mythologie* (Hamburg, Furche-Verlag, 1958).

⁸ RICHARD RORTY, *Science et Solidarité*, Cahors, Ed. de V Éclat, 1990, pp. 48-49.

⁹ *Autrement*, n. 75, 1985, p. 13.

por vezes de amplitude considerável. É que o fracasso, a doença e a morte são, como o diz aliás René Girard, um tempo propício à religião¹⁰. E se se chegou a acreditar que as conquistas do «progresso» e as vitórias sobre a dor iriam conter esse tempo dentro de limites aceitáveis, pelo menos no que diz respeito aos ocidentais, a verdade é que o progresso técnico aparece hoje aos olhos de toda a gente como um Frankenstein que vacila, pelo facto de não servir os homens mas a sua violência. O fracasso, a doença e a morte, e podemos acrescentar, o medo, a fome, a insegurança — aí estão as razões que, mais que quaisquer outras, propiciam as regulares ofensivas da religião.

A tese defendida por Mareei Gauchet é a de que a religião não tem já uma função social a cumprir na sociedade, muito embora a crença religiosa permaneça imorredora. Constituindo nós uma multidão de crentes, vivemos hoje num mundo pós-religioso. A sociedade conquistou a sua autonomia, e deixou de se estruturar pela sua dependência face a Deus. Dois planos devem aqui ser distinguidos: o plano da religião infra-estrutura, com a religião a organizar material, política e intelectualmente a sociedade (e só neste plano é que faz sentido falar do «fim da religião»), e o plano da religião superestrutura, com as crenças religiosas a atravessarem de ponta-a-ponta a nossa sociedade, autonomamente organizada^u.

Se tomássemos o caso português como exemplo, diríamos que não é por existir uma maioria de crentes, mesmo uma quasi-unanimidade de fé, que o Estado passa a estar organizado catolicamente e as suas leis a serem religiosas. Não, o Estado português permanece laico nos seus princípios e nos seus funcionamentos¹².

Curiosa é, no entanto, a ideia de que para a organização autónoma da sociedade e para a sua libertação da alçada da religião, tenham contribuído, quer o cristianismo, quer a modernidade, muito embora tenham sido diferentes os contributos.

O cristianismo apesar de muitas vacilações e de nem sempre ter sido claro neste aspecto, defende a autonomia do mundo, reconhecendo uma consistência própria à Criação. E isso é comprovável logo no Génesis. Depois de criado o firmamento, a terra e os animais selvagens, o mar, os peixes e toda a espécie de seres vivos, é aí relatado

^u *Ibid.*, p. 189.

¹ Veja-se M. GAUCHET, *Le Désenchantement du Monde*, Paris, Gallimard, 1985.

² Aliás, se fizermos fé em OLIVEIRA MARQUES, já assim era com o salazarismo. Vejamos os termos com que este historiador sintetiza a posição do Estado Novo: «Em resumo, se a Concordata significou um compromisso entre a situação anterior a 1910 e o laicismo da I.^a República, inclinou-se porventura mais para este último do que para a primeira» (*História de Portugal*, Vol. II, Palas Ed., 1976, p. 308).

que «Deus, vendo toda a sua obra, considerou-a muito boa»¹³. Este versículo afasta desde logo a ideia de uma qualquer fragilidade substancial da natureza. A Criação é obra da graça, e não do pecado.

Lembro a propósito, também, que esta leitura optimista da Criação esteve na base da teologia do trabalho, que o teólogo dominicano Dominique Chenu, um dos inspiradores do Concílio Vaticano II, elaborou nos anos 50¹⁴.

Quanto à modernidade, sabemos por que processos se estabeleceu. Ao separar duas ordens de realidade tradicionalmente associadas, a ordem temporal e a ordem espiritual, a modernidade constituiu uma esfera de autonomia humana. Mas a sociedade só é autónoma no sentido de que passa a depender das suas livres deliberações, da sua livre escolha. É esse o princípio democrático. A questão dos fins e do sentido último do mundo humano, esse, permanece em aberto.

Colocada a questão em torno do princípio democrático, isto é, em torno do jogo da deliberação colectiva e da sua abertura, crentes e ateus confrontam-se hoje com os mesmos problemas. E se clericalismo e intransigência e intolerância houver, é nos dois campos, crentes e não crentes, que os podemos encontrar. Porque a abertura democrática tanto pode ser de inspiração religiosa, como de inspiração atea.

Nesta sociedade pós-religiosa, uma vez que democrática, também a dúvida concluiu o seu processo: a religião foi dissolvida como teoria do fundamento e da legitimação, foi dissolvida como sistema dogmático da verdade. A pós-religião de Gauchet confirma assim a pós-filosofia de Rorty. Para crentes e não crentes, nada melhor, portanto, que a proposta de validação da verdade apresentada por este investigador: a tolerância, o respeito pela opiniões daqueles que nos rodeiam, a capacidade de escuta, a persuasão e não a força.

Crentes e não crentes não estão pois sobretudo confrontados com a ideia de regresso ou de retorno do religioso. À procura da própria identidade, procedendo uns e outros à redefinição das suas posições, é o futuro que, pelo contrário, os convoca. Porque a identidade é um sentido que não está atrás de nós, no nosso passado, como uma coisa velada, mas à nossa frente, como alguma coisa a descobrir e a abrir, como um mundo possível e como uma maneira possível de nos orientarmos neste mundo.

¹³ Veja-se *Génese* 1, 1-31.

¹⁴ D. CHENU, *Pour une Théologie du Travail*, Paris, Seuil, 1955. Ainda sobre a autonomia do humano, veja-se do mesmo autor, *Théologie de la Matière. Civilisation Technique et Spiritualité Chrétienne*, col. «Foi vivante», n. 59, Ed. du Cerf, 1967.